



FCE- FACULDADE CAMPOS ELÍSEOS

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO FUNCIONAL PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Fernanda Lucia Paulino ¹

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo descrever qual é a importância da elaboração de um currículo funcional para alunos com necessidades educacionais especiais nas redes municipais de ensino. O pesquisador fará um recorte sobre as principais ideias sobre a Educação Especial e suas mudanças até os dias atuais, passeando assim por algumas leis e decretos. A pesquisa busca colaborar para que essas crianças tenham em seu currículo atividades contextualizadas, ou seja, atividades que oportunizem-as a viver dignamente em sociedade. Atividades essas denominadas AVPs (Atividades de Vida Prática) e AVDs (Atividades de Vida Diária), que inclui não somente cuidados pessoais, mas também propicia ao educando maior independência em sua vida cotidiana

Palavras-chave: Educação Especial. Currículo Funcional.

¹ Professor das Séries Iniciais na Rede Municipal de Ensino de Rio Claro

INTRODUÇÃO

O Currículo Funcional é uma proposta de ensino que visa à melhoria da qualidade de vida diária dos nossos educandos. De modo geral, trata-se de um empreendimento de ensino projetado para oferecer oportunidades para nossos jovens aprenderem naturalmente habilidades que são importantes para torná-los mais independentes, produtivos e felizes em diversas áreas importantes da vida humana em família e em comunidade.

Sabe-se que o currículo escolar, na maioria das vezes não atende as necessidades dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais, pois não é um currículo funcional, por isso, ampara-se em autores renomados para identificar o objetivo do currículo funcional em uma instituição de ensino. Esse currículo é definido como uma estratégia para favorecer o bom desenvolvimento do aluno, oferecendo oportunidades para que ele saia de sua zona de conforto.

Antes de tecer sobre o currículo funcional, fez-se necessário uma explanação de currículo, para que o leitor entenda sua importância na instituição de ensino, bem como seus objetivos e propostas dentro do projeto político pedagógico. É válido destacar que as adaptações feitas ajudarão os estudantes a aprenderem naturalmente habilidades que são importantes para deixá-lo mais independentes.

Outro ponto que merece destaque é na postura do professor, este é uma das peças principais dessa proposta e merece todo apoio da instituição, já que ele será o grande mediador desse processo de ensino-aprendizagem, fazendo com que vínculos afetivos sejam criados para que a aprendizagem ocorra de forma efetiva.

CAPÍTULO I – TRAJETÓRIA EDUCAÇÃO ESPECIAL

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência iniciou-se com a criação de duas instituições: Em 1854 foi criado o Imperial Instituto dos

Meninos Cegos, que hoje é chamado Benjamin Constant- IBC e em 1857 o Instituto dos Surdos Mudos, hoje denominado Instituto Nacional da Educação de Surdos-INES, todos os dois concentrados no Rio de Janeiro. Em 1926, funda-se a uma instituição especializada em atendimento às pessoas com deficiência mental, o Instituto Pestalozzi. A APAE, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais é fundada em 1954, e o primeiro Atendimento Educacional Especializado às pessoas com superdotação foi criado em 1945, na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial. Esse centro ficou responsável por todas as ações da Educação Especial no Brasil. Em 1988, a Constituição Federal no seu artigo 205 defende a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Ainda na mesma Constituição, no artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

No artigo 59 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece que os sistema de ensino assegurarão para os estudantes com necessidades educacionais especiais:

I Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II. Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III. Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV. Educação especial para o trabalho, visando à sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgão oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V. acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (art. 59).

Mediante aos artigos escritos acima, é correto afirmar que as pessoas com necessidades educacionais especiais têm os mesmos direitos que as demais pessoas e no que tange a escolarização é preciso uma avaliação na proposta curricular das unidades escolares para quebrar as barreiras e reescrever um currículo flexível, ou melhor, funcional que atenda a todos respeitando as singularidades de cada um. A Declaração de Salamanca (1994), reafirma os dizeres acima, salientando em seu artigo 3 a importância da integração e a preocupação com uma escola de qualidade para todos. Ela cita que:

- O princípio de igualdade de oportunidades;
- Adoção de medidas paralelas e complementares às educacionais, nos outros campos de ação social (saúde, bem estar social, trabalho etc);
- Inclusão das crianças com deficiências nos planos Nacionais de Educação para Todos;
- Especial atenção às necessidades de crianças com deficiências graves ou múltiplas deficiências;
- Consideração da importância da linguagem;

Ainda na Declaração de Salamanca, em seu artigo 7, destaca-se a importância da escola manter um ambiente acolhedor e sadio, capaz de se adaptar as necessidades educacionais especiais dos educandos. Ela afirma que:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independente de quaisquer dificuldades que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos estilos e ritmos de aprendizagem a assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com as

comunidades. Na verdade existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao continuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola (1994).

Prieto (2006) e Nogueira (2002), comungam da mesma ideia que está escrito na Declaração de Salamanca, que é o direito à educação para todos. Quando se fala em uma educação para todos, vai muito além de fazer da escola um repositório de crianças com necessidades educacionais especiais, mas sim de propiciar a esses educandos a possibilidade de desenvolver suas habilidades dentro das suas individualidades. Para que a educação seja realmente inclusiva é preciso uma nova roupagem no sistema de ensino, a começar pela aceitação dos profissionais ali envolvidos e posteriormente por uma nova proposta no currículo, na qual o mesmo seja inclusivo e funcional para atender as crianças especiais.

Vale enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas em sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados aqueles que deles necessitem. Ao contrario implica na reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo a suas necessidades (PRIETO, 2006, p.42 apud, GLAT; NOGUEIRA, 202, p.26).

Por fim, é correto afirmar que a educação especial autêntica é construída com o envolvimento de todos: equipe diretiva, equipe pedagógica, professores, alunos, pais e comunidade escolar.

CAPÍTULO II: O CURRÍCULO

O Currículo é uma ferramenta de suma importância nas instituições de ensino, pois é ele quem vai nortear as atividades educativas, bem como orientar como deve ser a execução das mesmas e apontar estratégias para executá-las da melhor forma.

Quando o assunto é Educação Especial, usa-se Adequação Curricular, como já diz o nome, é uma adaptação do currículo par atender aos alunos com necessidades educacionais especiais sem deixa-los em prejuízo com o conteúdo proposto. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998, p.32 escreve que:

Pensar em adequação curricular significa considerar o cotidiano das escolas, levando-se em conta as necessidades e capacidades dos seus alunos e os valores que orientam a prática pedagógica. Para os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais essas questões têm um significado particularmente importante (PCNs, 1998, p. 32).

Os sistemas de ensino são incumbidos de promover aos alunos especiais garantia plena de aprendizagem, currículo adaptado, projeto político pedagógico inclusivo, propostas de trabalho diversificadas e total acessibilidade nos ambientes físicos da instituição para que os mesmos sintam-se acolhidos como ressalta as Políticas Públicas. Sabe-se que não é essa a realidade que muitas unidades escolares vivenciam. O que se presencia são profissionais desesperados por não conseguirem lidar com a verdadeira inclusão. As Leis, as Resoluções, as Portarias e os Decretos são documentos de suma importância para a Educação Especial, mas é preciso mais do que isso. Faz-se necessário uma articulação desses documentos com a prática executada em sala de aula pelos professores, que também podem ser chamados pesquisadores diários do processo educacional.

Ao ingressar em uma instituição de ensino regular o estudante com necessidades educacionais especiais é recebido pela professora com esmero, no qual ela já fez um trabalho de aceitação com os alunos e com si própria, porém no decorrer dos dias, percebe-se que a mesma demonstra dificuldade em desenvolver atividades para atender aquele aluno. Mesmo fazendo a anamnese e a sondagem, ela se vê impotente para envolver o aluno dentro do Currículo da instituição.

Silva, 2010 defende que o currículo não pode ser visto com algo excludente no qual os estudantes com necessidade educacionais especiais não consigam acompanhar dentro de suas limitações. A autora reforça que um currículo precisa:

[...] um instrumento pedagógico neutro, ao contrário (o currículo) é um campo de conflitos, tensões e relações de poder do qual resulta um conjunto de prescrições sobre os conteúdos, as organizações e as práticas que refletem (e reproduzem) as relações sociais e políticas existentes em cada momento histórico, que são negociadas, efetivadas, construídas e reconstruídas na escola (SILVA, 2010, p. 06).

Como salientado acima pela autora Silva (2010), o currículo é um campo de conflitos no qual refletem novas práticas de ensino, ou seja, ele pode sofrer adaptações de acordo com a realidade da instituição e das especificidades de cada estudante com um único objetivo: Garantir uma educação de qualidade a todos os envolvidos. O Conselho de Educação do Distrito Federal, na Resolução nº01, de 11 de setembro de 2012, no art. 45 postula:

A estruturação do currículo e da proposta pedagógica, para atender às especificidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais, deve observar a necessidade constante de revisão e adequação à prática pedagógica nos seguintes aspectos: I - introdução ou eliminação de conteúdos, considerando a condição individual do estudante; II - modificação metodológica dos procedimentos, da organização didática e da introdução de métodos; III - flexibilização da carga horária e da temporalidade, para desenvolvimento dos conteúdos e realização das atividades; IV - avaliação e promoção com critérios diferenciados, em consonância com a proposta pedagógica da instituição educacional, respeitada a frequência obrigatória (DISTRITO FEDERAL, 2012).

Dessa forma, é certo afirmar que o currículo do estudante com necessidades educacionais especiais precisa ser repensado por todos os envolvidos da unidade escolar para que o mesmo seja reescrito com uma proposta real, que chegue bem perto da realidade do aluno, favorecendo-os em todos os sentidos. Para tanto, as adaptações curriculares não podem acontecer de forma aleatória, sem fundamento ou por meio de um achismo. É preciso muita pesquisa, uma experimentação para que o currículo seja funcional e autêntico.

De acordo com o MEC/ SEESPQSEB (1998), as adaptações curriculares se dividem em três níveis:

- Adaptações relativas a projeto pedagógico (currículo escolar), que devem focalizar, principalmente, organização escolar e serviços de apoio, propiciando condições estruturais que possam ocorrer em nível de sala de aula e em nível individual.
- Adaptações relativas ao currículo da classe, que se referem principalmente à programação de atividades elaboradas para sala de aula.
- Adaptações individualizadas de currículo, que focalizam a atuação do professor na avaliação e atendimento a cada aluno.

Muitos educadores desejam a fórmula pronta para atender os alunos com necessidades educacionais especiais. Desejam uma receita para se trabalhar com cada deficiência, mas as estratégias de adequação dependerão das necessidades individuais de cada indivíduo. É preciso ter uma proposta e a partir dela o educador deverá junto com a equipe pedagógica construir a adaptação curricular daquele indivíduo. Segundo o documento Saberes e Práticas: Recomendações de Escolas Inclusivas (BRASIL, 2006b):

As adequações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adequações curriculares implicam planificação pedagógica e ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno (BRASIL, 2006b, p.61).

É de suma importância mostrar ao educador que ele não precisa reinventar uma proposta de ensino para aquele educando, mas sim, a partir do currículo regular repensar em atividades que vão fazer com que o aluno desenvolva suas habilidades individuais e que ao menos em algum momento de sua vida essa atividade seja útil para ele viver em sociedade.

CAPÍTULO III: O CURRÍCULO FUNCIONAL

Os alunos com necessidades educacionais especiais requer uma atenção especial no âmbito do desenvolvimento cognitivo, afinal cada aluno apresenta um tempo singular na aprendizagem. Os estímulos usados com esses alunos precisam ser amparados em uma metodologia diversificada, em relação às capacidades que possui. Sendo assim, é imprescindível que a equipe escolar se atente no desenvolvimento do seu currículo, fazendo com que o mesmo seja flexível e atenda essa clientela efetivamente. É viável que a unidade escolar faça uma sondagem dos conhecimentos e habilidades dos alunos incluídos.

Sacristán (2000) tece muito bem a importância do currículo, sinalizando que o mesmo é considerado o caminho e o recheio que levam ao progresso do sujeito pela escolaridade. Já Machado (2007), na mesma linha de pensamento fala que:

[...] o lexema currículo, proveniente do étimo latino *currere*, significa caminho, jornada, trajetória, percurso a seguir e encerra, por isso, duas ideias principais: uma de sequência ordenada, outra de noção de totalidade de estudos. (MACHADO, 2007, p. 22).

Faz-se necessário que o currículo seja produzido a partir das vivências dos alunos, de forma autêntica. Para que seja construído com propriedade, é preciso que a equipe pedagógica se aproprie dos dispositivos de observação, análise, reflexão crítica e interpretação. Como afirma Sacristan, 2000, p.43 o currículo, “pretende refletir o esquema socializador formativo e cultural que a instituição escolar tem”.

O currículo é a essência da educação. Nele está o conhecimento formal manifesto que é central às atividades de ensino, bem como as mensagens implícitas e exaltadas que encorajam valores, atitudes e disposições particulares.

Acredita-se que para atender os alunos com necessidade educacionais especiais o Currículo Funcional é de grande valia, já que o mesmo dever ser, como o nome já diz, funcional, dinâmico, flexível para que os erros sejam cada vez menores. Ou seja, os alunos se desenvolvam de forma ampla e significativa.

GIARDINETTO, 2009, p. 29, tece a diferença dos termos Currículo Funcional e Currículo Natural para que o leitor possa entender a diferença de ambos e a partir daí construir a proposta curricular:

[...] a palavra FUNCIONAL significa que é necessário que as habilidades a serem ensinadas tenham uma função para a vida da pessoa, que ela aprenda o que é necessário para ter êxito e ser aceitável em seu meio como qualquer outra pessoa. A palavra NATURAL refere-se aos procedimentos de ensino usados no Currículo Funcional Natural, dando ênfase para que o ambiente de ensino e os procedimentos utilizados sejam o mais próximo possível ao que ocorre no mundo real. (GIARDINETTO, 2009, p. 29)

O Currículo Funcional é diferente dos outros currículos. Ele é planejado de forma mais personalizada, ou seja, deve ser planejado de maneira individualizada, de acordo com as vivências de cada aluno, respeitando assim, suas potencialidades. Sendo assim, o Currículo Funcional Natural é uma proposta sugestiva de ensino que busca melhorar a qualidade de vida, em especial, de pessoas com deficiência intelectual. Segundo Costa (2000),

[...] o modelo curricular funcional baseia-se na análise dos ambientes de vida da criança e nas competências necessárias ao funcionamento, o mais autônomo possível, nesses ambientes. Tudo se centra (validade ecológica) na análise das características dos ambientes naturais em que a criança vive e nas competências que necessita desenvolver para aí funcionar com o máximo de autonomia possível. (COSTA, 2000, p. 9) .

O Currículo Funcional Natural é uma proposta de trabalho na qual aponta caminhos para o aluno, propiciando estratégias para que o mesmo se sinta incluído. Vale lembrar que o professor é peça fundamental neste processo e ele precisa sair da inércia, para que essa ação saia do papel e os alunos tenham êxito tanto em sua vida acadêmica, quanto social. As adaptações dos objetivos, a clareza na apresentação das atividades, a sintonia com a práxis pedagógica compete ao professor. Suplino, 2005, p.36 esclarece que: “O professor deveria encontrar oportunidades de ensino que sejam naturais, evitando situações artificiais”. (SUPLINO, 2005, p. 36).

Ainda sobre o Currículo Funcional, Miura (2008, p.155) escreve que:

O desenvolvimento de um Currículo Funcional Natural (CFN) para pessoas com necessidades educacionais especiais fundamenta-se numa filosofia de educação que determina a forma e o conteúdo de um currículo adequado às características individuais. Requer uma metodologia

instrucional que enfatiza a aplicação do conhecimento e habilidades em contexto real.

Pois bem, esse currículo trata-se de uma metodologia que oferece oportunidades naturais para os alunos se desenvolverem nos mais variados aspectos, tais como vocacional, acadêmico, recreativo, esportivo e familiar.

Segundo Costa (2000),

“... o modelo curricular funcional baseia-se na análise dos ambientes de vida da criança e nas competências necessárias ao funcionamento, o mais autônomo possível, nesses ambientes. Tudo se centra (validade ecológica) na análise das características dos ambientes naturais em que a criança vive e nas competências que necessita desenvolver para aí funcionar com o máximo de autonomia possível.”

Enfim, acredita-se que o planejamento curricular funcional é uma forma de incluir verdadeiramente os alunos com necessidades educacionais especiais, pois com tal metodologia, os alunos poderão desenvolver suas habilidades e competências dentro da realidade de cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao exposto, percebe-se a grande necessidade de um currículo adaptado para os alunos com necessidades educacionais, neste caso, para alunos com deficiência intelectual. A abordagem do currículo funcional tem sido uma proposta defendida para a educação dessas crianças, levando em consideração aspectos importantes a serem defendidos como as atividades de vida diária e as atividades de vida prática.

Sabe-se que para que aconteça essa mudança na proposta pedagógica da instituição, é preciso que as unidades escolares acolham essa ideia efetivamente, ao ponto de acreditar que a implementação do currículo funcional é um dos caminhos para a verdadeira inclusão. Esse acolhimento deve começar pelo educador para que os vínculos afetivos sejam criados e se inicie o processo de ensino-aprendizagem. Nesse tipo de currículo é preciso muita

cautela para não desmotivar o aluno. Cada ação feita por ele, deve ser valorizada e trabalhada de forma colaborativa por todos os envolvidos.

Acredita-se que esse tipo de atividade deve ser desenvolvida de maneira individualizada, para que o educador possa mediar o conteúdo com maior atenção, respeitando o ritmo, as peculiaridades dos alunos e apontando seus avanços.

Caro leitor, como já mencionado acima, o currículo para o aluno com deficiência intelectual deverá ser pautado nas habilidades do educando para que o mesmo se torne um ser independente, produtivo e conseqüentemente social para se ingressar no mercado de trabalho. As atividades precisam ser condizentes com a idade do aluno, ou seja, se for um adulto é necessário atividades diferentes de uma criança.

É comum nas instituições escolares encontrar crianças com necessidades educacionais especiais que não são capazes de realizar atividades mínimas de vida diária, como por exemplo atividades de higiene e de autoproteção. Esse é um dos motivos que levam os pais muita das vezes a superproteger os alunos com necessidades especiais educacionais, impedindo-os de avançar em atividades mínimas de vida diária e prática.

Em suma, acredita se que o caminho para que esses alunos sejam bem-sucedidos é a adaptação curricular, começando com atividades de vida diária e prática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial - Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares**, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Proposta de Diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior**. Brasília, maio 2000.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** (Lei n.º 10.172/01). 2000.

PASTOR, G. C. **Uma Escola Comum para Ninos Diferentes**.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental**. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC SEF/SEESP, 1998.62 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. SEESP/MEC – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006b.

DISTRITO FEDERAL. **Secretaria de Estado de Educação**. Conselho de Educação do Distrito Federal. Resolução nº1/2012, de 11 de setembro de 2012, Brasília, SEDF, CEDF, 2012.

MACEDO, R. S. **Currículo: campo, conceito e pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SACRISTAN, Gimeno. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa - 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. **Currículo sem Fronteiras**, v.10, n.2, pp.214-227, Jul/Dez 2010 ISSN 1645-1384 (online). Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org 214.

SUPLINO, M. **Currículo funcional natural: guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental** - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Maceió: ASSISTA, 2005. p. 21 cm. (Coleção de Estudos e Pesquisa na Área da Deficiência; v. 11).